



SETÚBAL

SAUDAÇÃO

Pelo anúncio do Governo em apresentar às instâncias europeias o processo para que a Península de Setúbal passe a ter a classificação de NUTS II e NUTS III no acesso a fundos comunitários

O acesso aos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento é apurado predominantemente a partir do indicador “PIB per capita”, corrigido pela paridade do poder de compra, e distribuído por cada país com base nas regiões de nível NUTS II.

Atualmente, Portugal Continental encontra-se organizado em cinco NUTS II. O Norte, o Centro e o Alentejo são considerados regiões menos desenvolvidas, o Algarve é considerado região de transição e a Área Metropolitana de Lisboa (AML) é a região mais desenvolvida do conjunto, com um PIB per capita superior a 100% da média UE27. Contudo, há muito que se sabe que este valor é fortemente inflacionado pelo PIB dos concelhos mais ricos da Margem Norte da AML. De facto, com números de 2016, Almada, Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal registaram, em conjunto, um PIB per capita equivalente a apenas 58% da média UE. O PIB per capita da AML omite, portanto, importantes desequilíbrios económicos e sociais nesta região. A consequência deste desequilíbrio traduz-se no acesso aos fundos comunitários.

O Portugal 2030 dispõe de 25 mil milhões de euros para o país, que somado ao Quadro Financeiro plurianual atinge um montante de cerca de 30 mil milhões de euros. A AML terá acesso a apoios de apenas 380 milhões de euros e com taxas de cofinanciamento de 40%, quando em regiões semelhantes à Península de Setúbal se continuarão a fixar até 85%. Tudo isto em contraciclo com as necessidades de convergência e de desenvolvimento desta Península. Mesmo mediante a abertura de avisos com majoração de taxas de comparticipação dirigidos aos concelhos da Península de Setúbal, esse valor será sempre demasiado exíguo para as necessidades regionais.

É de lembrar, ainda, que esta injustiça no acesso a fundos comunitários para a península de Setúbal foi criada em 2014, por decisão do então governo PSD/CDS, que deliberou que a AML passaria a ser simultaneamente NUTS III e NUTS II, com todos os efeitos resultantes desta equiparação que vieram prejudicar fortemente a economia e o desenvolvimento da região.

Exatamente por isso, na Península de Setúbal os deputados, os autarcas e o setor empresarial do distrito têm lutado por esta realidade junto do Governo, para que seja

reposta a *Justiça para a Península de Setúbal no acesso aos Fundos Comunitários*, manifestando a sua unanimidade em torno da necessidade da criação de uma NUTS III e de uma NUTS II para a Península de Setúbal, mas sem que isso colocasse em causa a composição atual da AML. Foi igualmente referida a necessidade dessas alterações serem concluídas a tempo de entrarem em vigor no quadro comunitário de apoio imediatamente seguinte ao Portugal 2030.

Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida extraordinariamente no dia 10 de dezembro de 2021 delibera:

1. Saudar e congratular o a decisão do governo anunciada pelo primeiro ministro, no passado dia 26 de novembro, de que, até á data oficial, fevereiro próximo, o Governo irá apresentar às instâncias europeias o processo para que a Península de Setúbal passe a ter a classificação de NUTS II, para além, obviamente, de NUTS III, condição fundamental de correção da iniquidade no acesso a fundos comunitários.

Setúbal, 10 de dezembro de 2021

Os eleitos pelo Partido Socialista